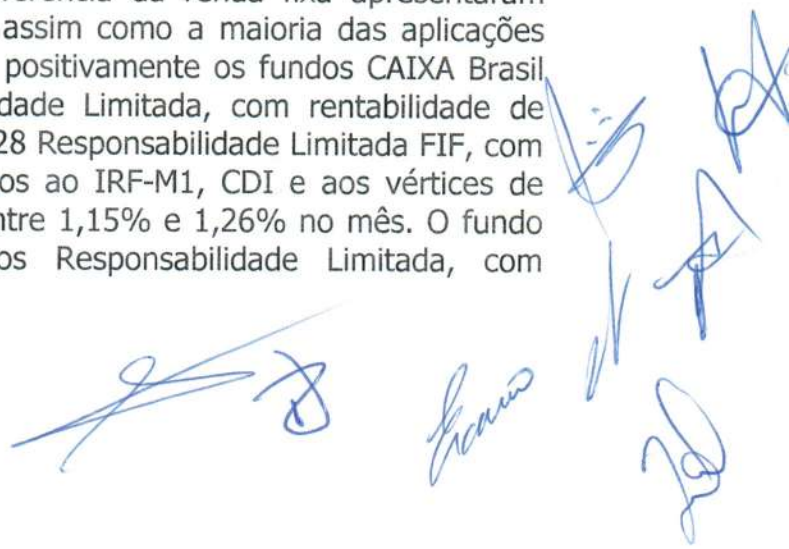


ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA CONJUNTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IAPEN - INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE GARÇA, REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2026.

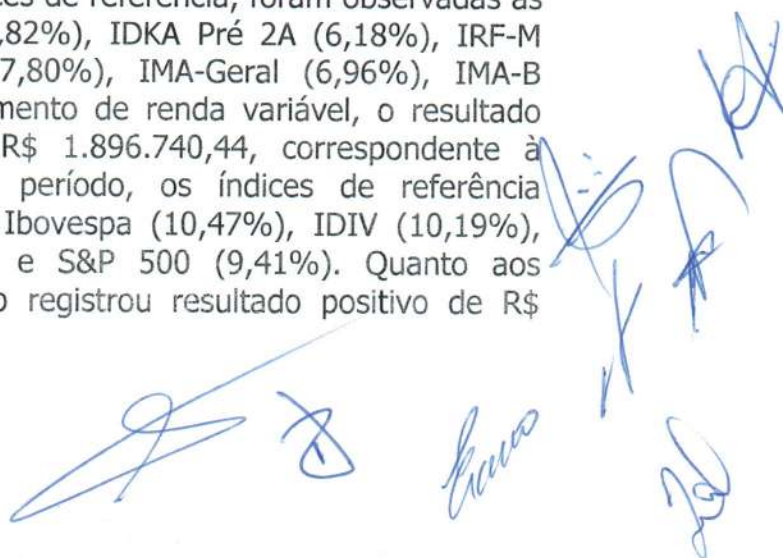
Aos 19 (dezenove) dias do mês de agosto de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 8h30 (oito horas e trinta minutos), no auditório da Autarquia, reuniram-se os membros do Conselho de Administração do IAPEN: Erasmo Hideaki Kaihatu, Fábio Henrique Maximiano da Silva, Francisco Ferreira dos Santos, Pedro José Frasson; o conselheiro e membro do Comitê de Investimentos, Paulo Victor do Amaral de Souza; e os membros do Comitê de Investimentos Emiliano da Silva Alves e José Roberto Carvalho. Registrou-se a ausência dos conselheiros Liliana Burneiko Leite Martins, Luiz Roberto Lopes de Souza, Rafael de Oliveira Mathias e Márcia Regina Barbosa, que justificou sua ausência por problemas de saúde, bem como do membro do Comitê de Investimentos Marcelo Batista Assis. Esteve presente, ainda, o Diretor Superintendente e Presidente do Comitê de Investimentos, Sr. Eduardo Rosa, com direito a voz, porém sem direito a voto nas deliberações do Conselho de Administração. Após a verificação do quórum regimental, o Presidente do Conselho de Administração, Sr. Pedro José Frasson, declarou aberta a reunião e solicitou ao secretário a leitura da ata da reunião ordinária anterior, realizada em 22 de julho de 2026. Submetida à apreciação dos presentes, a referida ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, foi apresentado o balancete das receitas e despesas referente ao mês de julho de 2026. No período, foram registradas receitas no montante de R\$ 2.363.778,24, das quais R\$ 215.684,23 corresponderam à realização de ganhos decorrentes de resgates de investimentos efetuados no período. As despesas orçamentárias pagas totalizaram R\$ 2.500.199,84, resultando em déficit orçamentário de R\$ 136.421,60. O Diretor Superintendente esclareceu que os aportes destinados à cobertura de insuficiência financeira não são considerados para fins de apuração do resultado orçamentário. Em seguida, foi apresentado o Demonstrativo de Receitas e Despesas do Fundo Financeiro referente ao mês de julho de 2026, no qual as receitas totalizaram R\$ 749.564,25, acrescidas do aporte destinado à cobertura da insuficiência financeira, no valor de R\$ 715.423,69, enquanto as despesas alcançaram R\$ 1.381.858,66. Somou-se, ainda, o pagamento da 51ª parcela do acordo judicial vinculado ao Processo nº 1002092-15.2020.8.26.0201, no valor de R\$ 45.785,10, resultando em superávit de R\$ 37.344,18 no período. O Diretor Superintendente informou que a rentabilidade das aplicações financeiras do Fundo Financeiro, no período, foi de R\$ 1.309,31. Na oportunidade, lembrou que, nos termos do art. 81, § 1º, da Lei Complementar nº 88, sempre que houver insuficiência financeira entre as receitas arrecadadas pelo Fundo Financeiro e as despesas relativas aos benefícios previdenciários e demais encargos, sua cobertura deverá ser realizada pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta, mediante repasse mensal proporcional aos proventos de aposentadorias e pensões vinculados a cada ente. Ressaltou, por fim, que tais



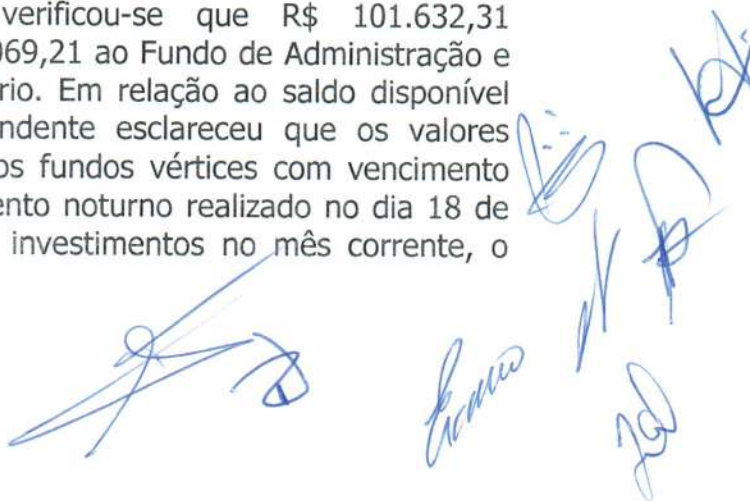
disposições vêm sendo rigorosamente observadas, permanecendo todas as obrigações do Fundo Financeiro devidamente adimplidas e encerrando-se o mês com saldo financeiro de R\$ 280.965,15. Na sequência, foi apresentado o Demonstrativo das Despesas Administrativas referente ao mês de julho de 2026, que registrou receitas no valor de R\$ 104.266,61 e despesas no montante de R\$ 75.701,41, resultando em superávit de R\$ 28.565,20 no período. A rentabilidade das aplicações financeiras vinculadas ao Fundo de Administração totalizou R\$ 7.979,31. O Diretor Superintendente informou que todas as obrigações relacionadas às despesas administrativas permanecem devidamente adimplidas, encerrando-se o mês com saldo financeiro de R\$ 684.101,47. Em seguida, foi apresentado o Demonstrativo de Receitas e Despesas do Fundo Previdenciário referente ao mês de julho de 2026, no qual as receitas totalizaram R\$ 1.442.517,28, enquanto as despesas somaram R\$ 1.197.741,41, resultando em superávit de R\$ 244.775,87 no período. O Diretor Superintendente esclareceu que o resultado foi influenciado pelo recebimento do aporte destinado à cobertura do déficit atuarial e pelos valores provenientes da compensação previdenciária. Informou, ainda, que a rentabilidade das aplicações financeiras do Fundo Previdenciário totalizou R\$ 2.363.835,32 no mês, encerrando-se o período com saldo patrimonial de R\$ 249.292.882,09. Na sequência, foi apresentado o Boletim Financeiro referente à posição de 31 de julho de 2026, que demonstrou saldo disponível em conta corrente no valor de R\$ 150,00. O referido demonstrativo apresentou, ainda, saldo aplicado em investimentos financeiros no montante de R\$ 250.257.798,71, devidamente conciliado com os respectivos extratos bancários. Do total dos recursos aplicados, R\$ 280.915,15 correspondiam ao Fundo Financeiro, R\$ 684.051,47 ao Fundo de Administração e R\$ 249.292.832,09 ao Fundo Previdenciário. No que se refere ao desempenho dos investimentos, o Diretor Superintendente informou que o resultado apurado no mês de julho foi positivo, totalizando R\$ 2.373.123,94, correspondente à rentabilidade de 0,96%, percentual superior à meta atuarial estabelecida para o período, fixada em 0,57%. Informou, ainda, que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou variação de 0,07% no mês. No segmento de renda fixa, a carteira apresentou resultado positivo de R\$ 2.397.869,62, equivalente à rentabilidade de 1,17%, desempenho inferior à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que registrou 1,22% no período. Em relação aos demais índices de referência, foram observadas as seguintes variações: IDKA IPCA 2A (1,48%), IDKA Pré 2A (1,27%), IRF-M (0,85%), IRF-M1 (1,26%), IMA-B5 (1,24%), IMA-Geral (1,07%), IMA-B (0,97%) e IMA-B5+ (0,75%). Registrou-se que, no mês de julho, todos os índices de referência da renda fixa apresentaram desempenho superior à meta atuarial, assim como a maioria das aplicações integrantes da carteira. Destacaram-se positivamente os fundos CAIXA Brasil 2030 III Títulos Públicos Responsabilidade Limitada, com rentabilidade de 1,48%, e BB Títulos Públicos Vértice 2028 Responsabilidade Limitada FIF, com 1,32%, seguidos pelos fundos indexados ao IRF-M1, CDI e aos vértices de 2027, que registraram rentabilidades entre 1,15% e 1,26% no mês. O fundo CAIXA Brasil 2030 I Títulos Públicos Responsabilidade Limitada, com



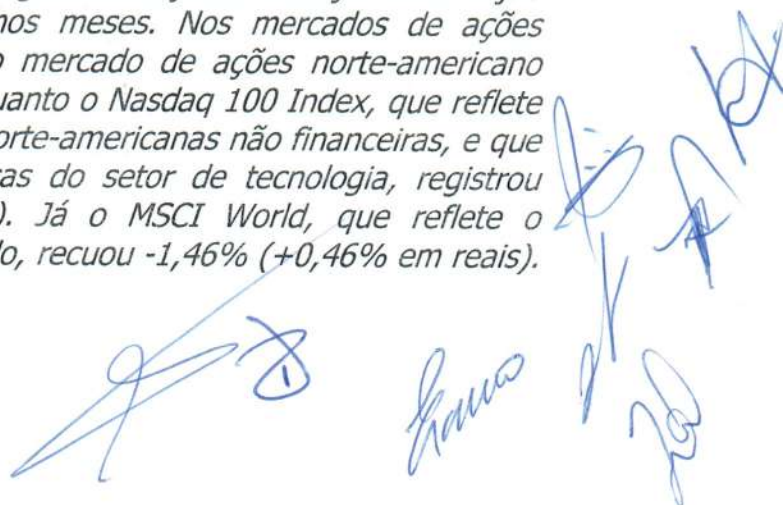
rentabilidade de 0,57%, apresentou o menor desempenho da renda fixa no período, ainda assim acompanhando a meta atuarial estabelecida para o mês. Os demais fundos do segmento apresentaram retornos entre 0,81% e 0,96%. No segmento de renda variável, o resultado apurado foi positivo em R\$ 33.244,06, correspondente à rentabilidade de 0,08%. No mesmo período, os índices de referência apresentaram as seguintes variações: Ibovespa (3,47%), IDIV (3,00%), IFIX (-0,32%), Global BDRX (-2,04%) e S&P 500 (-0,13%). Destacaram-se, com desempenho positivo e superior à meta atuarial, os fundos Brasil Portos e Ativos Logísticos Responsabilidade Limitada FI, com 15,62%; BB Valor Responsabilidade Limitada FIF CIC Ações, com 2,41%; Santander Dividendos Responsabilidade Limitada FIF CIC Ações, com 2,40%; Icatu Vanguarda Dividendos Responsabilidade Limitada FIF Ações, com 1,65%; ITAÚ FOF RPI IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES, com 1,55%; Caixa Expert Vinci Valor RPPS Responsabilidade Limitada FIF CIC Ações, com 1,17%; CAIXA Rio Bravo Fundo de Fundos FII – CXRI11, com 0,74%; e MOS Institucional Responsabilidade Limitada FIF Ações, com 0,60%. Os fundos BB IBOVESPA ATIVO FIC AÇÕES, BB BOLSA AMERICANA RESP LIMITADA FIF AÇÕES e BB Seleção Fatorial Responsabilidade Limitada FIF CIC Ações apresentaram rentabilidades positivas, porém inferiores à meta atuarial estabelecida para o período. Os demais fundos integrantes da carteira de renda variável registraram desempenho negativo no mês. Destacaram-se os fundos CAIXA INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES BDR NÍVEL II, com rentabilidade de -2,07%; BTG Pactual Corporate Office Fund Responsabilidade Limitada FI, com -2,91%; e CAIXA Construção Civil Responsabilidade Limitada FIF Ações, com -10,93%. Este último apresentou desempenho significativamente inferior ao seu benchmark, o índice Ibovespa, contribuindo de forma relevante para o resultado inferior observado no segmento de renda variável no período. Quanto aos investimentos no exterior, o Diretor Superintendente informou que o segmento apresentou resultado negativo de R\$ 57.989,74 no mês. Esclareceu que a carteira possui alocação exclusiva no fundo Santander Global Equities Dólar Master Investimento no Exterior FIC Multimercado, que registrou rentabilidade de -1,62%, desempenho inferior ao seu respectivo benchmark, o índice MSCI World, que apresentou variação de -1,46% no período. No acumulado do ano, a carteira de investimentos apresentou resultado positivo de R\$ 17.327.798,17, correspondente à rentabilidade de 7,47%. No segmento de renda fixa, o resultado acumulado foi positivo em R\$ 15.415.219,36, equivalente à rentabilidade de 8,30%, desempenho superior à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que registrou 8,14% no período. Em relação aos demais índices de referência, foram observadas as seguintes variações: IDKA IPCA 2A (7,82%), IDKA Pré 2A (6,18%), IRF-M (5,95%), IRF-M1 (7,97%), IMA-B5 (7,80%), IMA-Geral (6,96%), IMA-B (5,09%) e IMA-B5+ (2,98%). No segmento de renda variável, o resultado acumulado no ano foi positivo em R\$ 1.896.740,44, correspondente à rentabilidade de 4,56%. No mesmo período, os índices de referência apresentaram as seguintes variações: Ibovespa (10,47%), IDIV (10,19%), IFIX (1,14%), Global BDRX (1,43%) e S&P 500 (9,41%). Quanto aos investimentos no exterior, o segmento registrou resultado positivo de R\$



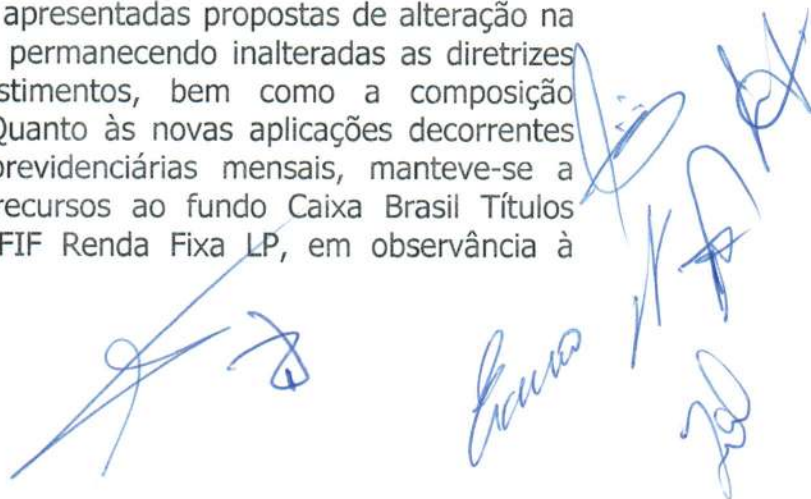
15.838,37 no acumulado do ano, enquanto o índice MSCI World apresentou variação de 0,97% no mesmo período. Por fim, o Diretor Superintendente destacou que, com o resultado obtido no mês de julho, a rentabilidade acumulada da carteira no exercício alcançou 7,47%, equivalente a 110,49% da meta atuarial fixada em 6,76%. Ressaltou, ainda, que, embora a carteira tenha apresentado desempenho inferior à meta atuarial nos meses de março e maio e somente o segmento de renda fixa tenha superado a referida meta no acumulado do ano, o resultado consolidado permanece superior à meta atuarial até o mês de julho, conforme demonstrado nos relatórios elaborados pela consultoria de investimentos, especialmente no "Relatório Analítico dos Investimentos em julho de 2026". Informou, ainda, que, de acordo com o relatório de acompanhamento da carteira, não foram identificados desenquadramentos em relação aos limites estabelecidos na Política de Investimentos, ressalvadas as situações de desenquadramento passivo decorrentes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272/2025. Nesse contexto, registrou-se que os fundos Brasil Portos e Ativos Logísticos Responsabilidade Limitada FIP e Premium FIDC Sênior 1 permanecem em desacordo com o disposto no art. 2º, § 2º, inciso I, da referida Resolução, que estabelece a necessidade de o administrador ou gestor do fundo estar classificado nas categorias S1 ou S2. Adicionalmente, verificou-se que os fundos Caixa Brasil Matriz Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa, BB Seleção Fatorial Responsabilidade Limitada FIF CIC Ações, BB Valor Responsabilidade Limitada FIF CIC Ações, Caixa Expert Vinci Valor RPPS Responsabilidade Limitada FIF CIC Ações, Icatu Vanguarda Dividendos Responsabilidade Limitada FIF Ações Subclasse e Caixa Institucional Responsabilidade Limitada FIF Ações BDR Nível I encontram-se em desacordo com o disposto no art. 19, inciso III, § 2º, da mesma Resolução, que limita a participação dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) a, no máximo, 50% do patrimônio líquido dos respectivos fundos. Ressaltou-se, contudo, que todas as ocorrências possuem natureza de desenquadramento passivo, nos termos do art. 27, § 1º, da Resolução CMN nº 5.272/2025, por decorrerem exclusivamente da superveniência da nova regulamentação, não configurando irregularidade decorrente da gestão dos investimentos. Esclareceu-se, por fim, que a regularização deverá ocorrer no prazo de até dois anos, contado da entrada em vigor da referida Resolução, observadas as condições, os procedimentos e os limites nela estabelecidos. Na sequência, foi apresentado o Boletim Financeiro referente à posição de 18 de agosto de 2026, que demonstrou saldo total de R\$ 250.085.005,30. Desse montante, R\$ 351.565,20 encontravam-se disponíveis em conta corrente, enquanto R\$ 249.733.440,10 estavam aplicados em investimentos financeiros. Quanto à composição dos recursos aplicados, verificou-se que R\$ 101.632,31 pertenciam ao Fundo Financeiro, R\$ 709.069,21 ao Fundo de Administração e R\$ 248.922.738,58 ao Fundo Previdenciário. Em relação ao saldo disponível em conta corrente, o Diretor Superintendente esclareceu que os valores correspondem a resíduos provenientes dos fundos vértices com vencimento em 2026, liberados durante o processamento noturno realizado no dia 18 de agosto. Em relação ao desempenho dos investimentos no mês corrente, o



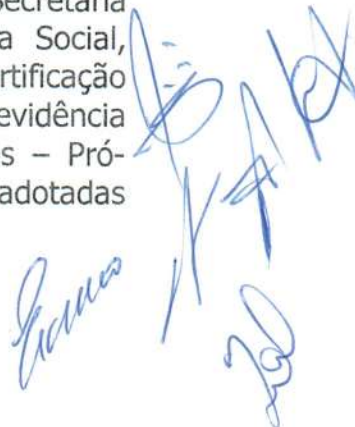
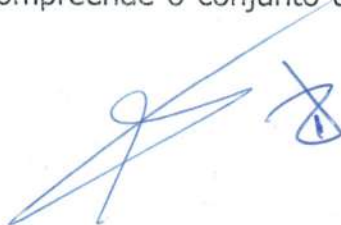
Diretor Superintendente informou que o resultado acumulado permanecia positivo. Conforme relatório de acompanhamento diário elaborado pela consultoria de investimentos, o retorno apurado até 17 de agosto de 2026 totalizava R\$ 484.208,98, correspondente à rentabilidade de 0,19%. No segmento de renda variável, o desempenho acumulado no período apresentou resultado negativo de R\$ 1.000.215,61, correspondente à rentabilidade de -2,51%. No mesmo intervalo, os principais índices de referência registraram as seguintes variações: Ibovespa (-6,30%), IDIV (-7,43%), IFIX (-4,29%), Global BDRX (-1,69%) e S&P 500 (-0,25%). Quanto ao segmento de renda fixa, o retorno acumulado no período foi positivo em R\$ 1.266.988,67, equivalente à rentabilidade de 0,61%. Os principais indicadores de mercado apresentaram as seguintes variações: IRF-M1 (0,59%), CDI (0,57%), IRF-M (0,81%), IMA-B5 (0,77%), IMA-B5+ (1,24%), IMA-B (1,03%), IMA-Geral (0,61%), IDKA Pré 2A (0,18%) e IDKA IPCA 2A (0,81%). No que se refere aos investimentos no exterior, o retorno acumulado no mês apresentou resultado positivo de R\$ 217.435,92. O Diretor Superintendente destacou, ainda, que o índice MSCI World registrou variação positiva de 6,18% no período. O relatório macroeconômico da consultoria de Investimentos Crédito & Mercado destacou alguns pontos sobre o cenário do mês de julho que influenciaram o mercado de renda variável local. *"O índice Bovespa avançou +3,47% no mês, aos 177.999 pontos, encerrando um ciclo de quatro meses de baixa do índice. No acumulado do ano, o índice avança +10,47%. Ainda que os conflitos entre EUA e Irã tenham persistido, e novas tarifas tenham sido aplicadas pelos EUA a produtos do Brasil, a volta do fluxo de investidores estrangeiros para a B3 sustentou a alta do mercado de ações brasileiro. Somente em julho, ingressou na B3 o montante de R\$ +2,6 bilhões, revertendo dois meses consecutivos de saída líquida (R\$ -14,9 bilhões em maio e R\$ -7,8 bilhões em junho), levando o saldo positivo no ano para R\$ +36,4 bilhões. A volta do estrangeiro é explicada por uma rotação global de portfólios que favoreceu mercados fora do setor de tecnologia. Após a forte valorização das empresas conectadas a cadeia de inteligência artificial, os investidores passaram a recalibrar suas posições em um contexto de companhias que tiveram seus valuations mais elevados, favorecendo o mercado acionário local. No ambiente macroeconômico, o mês foi marcado pelo aumento das incertezas no cenário internacional, com a intensificação do conflito no Oriente Médio elevando as preocupações com os impactos sobre a inflação e o crescimento global: na medida em que o preço do petróleo permanece elevado por um período prolongado, os impactos deixam de se concentrar nos combustíveis e começam a se espalhar por toda a economia. Esse ambiente aumenta o risco de desaceleração da economia global, exigindo atenção à evolução da inflação e da atividade econômica nos próximos meses. Nos mercados de ações globais, S&P 500, maior referência do mercado de ações norte-americano recuou -0,13% (-2,04% em reais), enquanto o Nasdaq 100 Index, que reflete o desempenho das maiores empresas norte-americanas não financeiras, e que possui um peso relevante em empresas do setor de tecnologia, registrou queda de -6,61% (-8,40% em reais). Já o MSCI World, que reflete o desempenho médio das bolsas no mundo, recuou -1,46% (+0,46% em reais).*



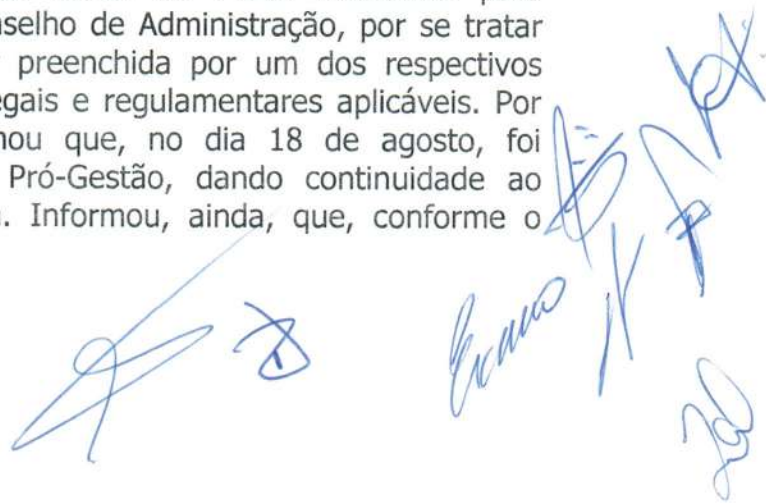
Enquanto o Global BDRX, índice que reflete o desempenho dos BDR Nível I negociados na B3, acumulou queda de -2,04%. O dólar recuou -1,92% frente ao real, encerrando o mês cotado a R\$ 5,077. No acumulado do ano, o dólar à vista registra desvalorização de -7,73%". Na sequência, foram apresentadas as projeções econômicas constantes do Relatório Focus, divulgado em 17 de agosto de 2026. Conforme o levantamento, a expectativa para a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), é de 5,02% para 2026 e de 4,24% para 2027. Em relação à política monetária, a projeção para a taxa Selic é de 13,75% ao final de 2026, com expectativa de redução para 12,00% em 2027. Quanto ao câmbio, as estimativas indicam cotação de R\$ 5,20 por dólar em 2026 e de R\$ 5,29 em 2027. Quanto à posição atual dos investimentos, o Diretor Superintendente informou que, conforme deliberado na reunião anterior, os recursos liberados em 18 de agosto foram reaplicados em fundos de vértices com vencimentos em 2028 e 2030, com taxas indicativas, conforme cotações de 18 de agosto, de IPCA + 8,24% e IPCA + 8,17%, respectivamente, tanto no Banco do Brasil quanto na Caixa Econômica Federal. A taxa de administração aplicada é a mesma para todos os fundos, correspondente a 0,06% ao ano. Ressaltou que as taxas indicativas permanecem superiores à meta atuarial e, em tese, possibilitam o atingimento da referida meta por esses recursos até os respectivos vencimentos. Destacou, ainda, que a taxa de administração é reduzida e significativamente inferior àquela praticada nos demais ativos da carteira. Embora a marcação a mercado possa ocasionar oscilações nos resultados mensais, os ativos em questão apresentam baixo risco e atendem aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.472/2025. O Diretor Superintendente informou ainda, que, na Caixa Econômica Federal, foram liberados aproximadamente R\$ 9,25 milhões, dos quais R\$ 5,55 milhões foram aplicados no vértice 2028 e R\$ 3,70 milhões no vértice 2030. No Banco do Brasil, foram liberados aproximadamente R\$ 11,13 milhões, sendo R\$ 6,68 milhões reaplicados no vértice 2028 e R\$ 4,45 milhões no vértice 2030, permanecendo ainda cerca de R\$ 346 mil a serem reaplicados, correspondentes a recursos liberados no processamento noturno do dia 18 de agosto. Em relação ao valor residual, foi proposta a realização de resgate adicional de R\$ 653 mil do fundo BB Previd RF Perfil, no qual estão alocados aproximadamente R\$ 41,4 milhões, totalizando R\$ 1 milhão para reaplicação no vértice 2028, que apresentava taxa indicativa, conforme cotação de 19 de agosto, de IPCA + 8,17%. A proposta foi aprovada pelos membros presentes do Comitê de Investimentos e, igualmente, pelos membros presentes do Conselho de Administração, considerando, ainda, a existência de parecer favorável da consultoria de investimentos. No que se refere ao restante da carteira de investimentos, não foram apresentadas propostas de alteração na estratégia de alocação dos recursos, permanecendo inalteradas as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos, bem como a composição atualmente adotada pelo Instituto. Quanto às novas aplicações decorrentes dos aportes e das contribuições previdenciárias mensais, manteve-se a orientação de direcionamento dos recursos ao fundo Caixa Brasil Títulos Públicos Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa LP, em observância à



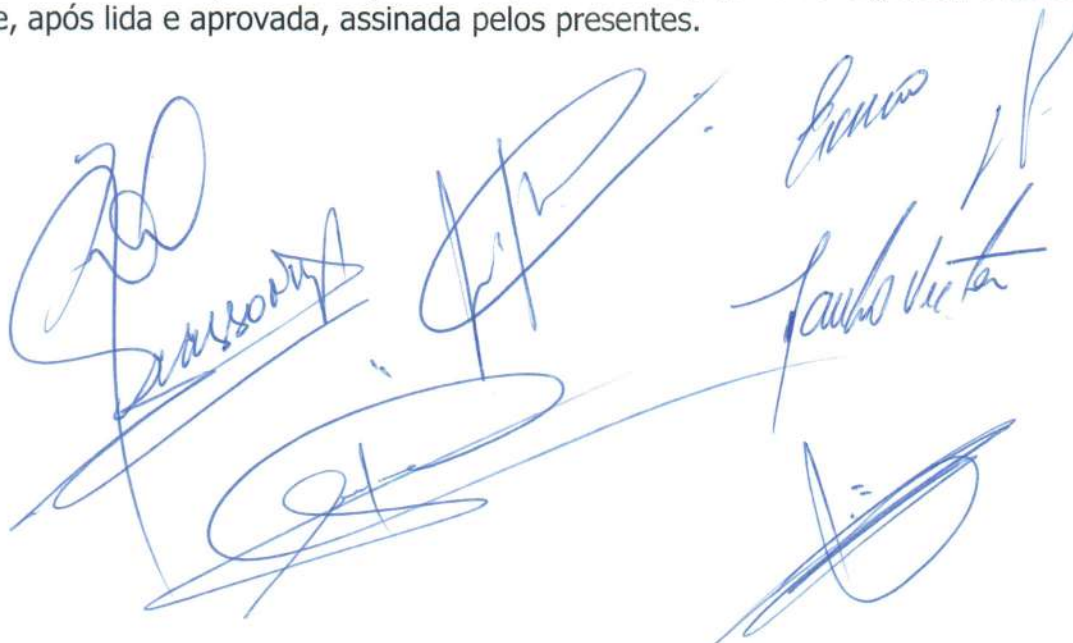
estratégia de alocação vigente e considerando os critérios de segurança, liquidez e aderência aos objetivos atuariais e financeiros do Regime Próprio de Previdência Social. Da mesma forma, permaneceu inalterada a sistemática de resgates destinados ao custeio das despesas mensais do Fundo Previdenciário, os quais continuarão a ser realizados conforme a necessidade de fluxo de caixa, mediante utilização dos fundos Caixa Brasil Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa Referenciado DI LP e Caixa Brasil Matriz Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa, observados os princípios da eficiência na gestão da liquidez e da preservação da estratégia de investimentos estabelecida. Após a apresentação e análise das informações, os membros presentes declararam-se cientes das recomendações apresentadas e manifestaram concordância com a manutenção da estratégia de investimentos atualmente adotada, por entenderem que esta permanece compatível com os objetivos institucionais, com a Política de Investimentos vigente e com a legislação aplicável à gestão dos recursos do Regime Próprio de Previdência Social. Na sequência, o Diretor Superintendente apresentou o Projeto de Orçamento-Programa para o exercício de 2027, contemplando receitas estimadas em R\$ 34.455.000,00 e despesas fixadas em R\$ 44.655.000,00, resultando em déficit orçamentário estimado de R\$ 10.200.000,00, correspondente à insuficiência financeira do Fundo Financeiro. Esclareceu que, conforme disposto no art. 81, § 1º, da Lei Complementar nº 88, de 11 de outubro de 2022, a cobertura da insuficiência financeira será de responsabilidade dos órgãos ou entidades da Administração Pública Direta e Indireta, mediante repasses mensais proporcionais aos proventos de aposentadorias e pensões decorrentes de cada órgão ou entidade. O Diretor Superintendente informou, ainda, que, para o Fundo Financeiro, estão previstas receitas de R\$ 7.900.000,00 e despesas de R\$ 18.100.000,00. Para o Fundo de Administração, a previsão orçamentária contempla receitas e despesas no valor de R\$ 1.425.000,00. Quanto ao Fundo Previdenciário, a estimativa é de receitas no montante de R\$ 19.430.000,00 e despesas de R\$ 16.400.000,00, resultando em superávit estimado de R\$ 3.030.000,00. A esse valor acrescem-se R\$ 5.700.000,00 referentes às receitas provenientes da realização de ganhos decorrentes de resgates de investimentos previstos para o exercício, totalizando R\$ 7.730.000,00, a serem destinados à Reserva de Contingência. O Diretor Superintendente acrescentou que as estimativas orçamentárias foram elaboradas considerando projeção de inflação medida pelo IPCA em torno de 5%, índice utilizado como referência para a estimativa do reajuste anual dos servidores. Após os esclarecimentos prestados e a análise da matéria, o Projeto de Orçamento-Programa para o exercício de 2027 foi aprovado pelos membros presentes, nos termos da Resolução nº 152/2026. Em seguida, o Superintendente apresentou o Relatório de Gestão Atuarial referente ao exercício de 2025, elaborado pelo atuário, documento que tem por objetivo atender às exigências da Secretaria de Regime Próprio e Complementar do Ministério da Previdência Social, visando à obtenção da certificação no âmbito do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios – Pró-Gestão RPPS. A gestão atuarial compreende o conjunto de práticas adotadas



para o acompanhamento contínuo e o controle dos passivos atuariais dos planos de benefícios, bem como dos fatores que influenciam a busca e a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS. O Relatório de Gestão Atuarial constitui importante instrumento de acompanhamento dos resultados atuariais dos planos de custeio e de benefícios, contribuindo para o monitoramento e o aperfeiçoamento da gestão do RPPS. O documento contempla a análise dos resultados das avaliações atuariais anuais referentes às três últimas avaliações anteriores ao exercício vigente, estabelecendo comparativos entre a evolução das receitas e despesas estimadas e aquelas efetivamente executadas. Para a elaboração do presente relatório, foram considerados os dados constantes dos DRAAs e das Avaliações Atuariais com data-base em dezembro de 2023, dezembro de 2024 e dezembro de 2025. O relatório apresenta a evolução das receitas e despesas estimadas e efetivamente executadas, além de abordar aspectos relevantes, como as Tábuas Completas de Mortalidade do IBGE, a Taxa de Juros dos Ativos Garantidores e as alíquotas de contribuição vigentes. Demonstra, ainda, a evolução do quadro de servidores ativos, aposentados e pensionistas, do plano de benefícios, dos índices de cobertura, dos resultados atuariais e dos esclarecimentos relativos à evolução das provisões matemáticas. O Superintendente acrescentou que a apreciação do relatório integra o processo de implantação do Pró-Gestão RPPS e que, a partir de sua implementação, o documento passará a ser submetido anualmente à apreciação do colegiado, logo após a conclusão da Avaliação Atuarial. Com base nos esclarecimentos prestados e na evolução demonstrada nos respectivos indicadores, o relatório foi aprovado pelo colegiado, sendo determinada sua disponibilização no site do Instituto. No que se refere ao processo PMG x IAPEN, o Diretor Superintendente informou que, no mês de julho, foi efetuado o pagamento da 52ª parcela do acordo firmado, no valor de R\$ 46.087,65. Esclareceu que o valor foi atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente ao mês de junho, que apresentou variação de 0,16%, acrescido de juros de 0,50%, em conformidade com o disposto no art. 196-A do Código Tributário Municipal. Para finalizar, o Conselheiro e membro do Comitê de Investimentos, Paulo Victor do Amaral de Souza, formalizou sua solicitação de desligamento do Conselho de Administração e do Comitê de Investimentos, em razão de seu pedido de exoneração junto ao SAAE, tendo em vista sua aprovação em concurso público para assumir cargo junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – TJ-SP. Informou, ainda, que, nos termos da Portaria nº 5.728/2026, sua exoneração produzirá efeitos a partir de 20 de agosto de 2026. Diante das razões apresentadas, o pedido foi acolhido pelos membros presentes. Em relação ao Comitê de Investimentos, a solicitação deverá ser encaminhada ao Chefe do Poder Executivo para indicação de substituto. Quanto ao Conselho de Administração, por se tratar de membro eleito, a vaga deverá ser preenchida por um dos respectivos suplentes, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. Por fim, o Diretor Superintendente informou que, no dia 18 de agosto, foi protocolado o Termo de Adesão ao Pró-Gestão, dando continuidade ao processo de implantação do programa. Informou, ainda, que, conforme o



cronograma estabelecido e não ocorrendo quaisquer impedimentos, há previsão de realização da auditoria de certificação no mês de dezembro de 2026. Não havendo outros assuntos a serem tratados, o Presidente declarou encerrada a reunião. Para constar, eu, Erasmu Hideaki Kaihatu, Erasmu Hideaki Kaihatu, secretário, lavrei a presente ata, que será digitada, impressa e, após lida e aprovada, assinada pelos presentes.



Handwritten signatures in blue ink. The signatures are stylized and overlapping. One signature on the left appears to be 'Erasmu'. Another signature on the right appears to be 'Paulo Victor'. There are several other overlapping signatures and marks, including a large 'X' or 'K' shape on the right side.

ANEXOS

Tabela 01: Fluxo de Caixa - Julho/2026.

1 - RECEITAS x DESPESAS				
Itens	Fundo ADM	Fundo Financeiro	Fundo Previdenciário	Total
Saldo Anterior	647.556,96	242.311,66	246.638.485,80	247.528.354,42
Repasso das Contribuições	104.266,61	702.012,48	1.082.109,96	1.888.389,05
Cadprev	-	-	56.639,59	56.639,59
Comprev	-	47.173,97	121.699,45	168.873,42
Amortizações / Dividendos	-	-	4.047,49	4.047,49
Cupons de Juros	-	-	-	-
Rentabilidade	7.979,31	1.309,31	2.359.787,83	2.369.076,45
Aportes por Insuficiência Financeira	-	715.423,69	-	715.423,69
Aportes Amortização de Déficit Atuarial	-	-	182.068,28	182.068,28
Outras Receitas	-	377,80	45.785,10	46.162,90
(+) Entradas	112.245,92	1.466.297,25	3.852.137,70	5.430.680,87
(-) Pasep	1.061,21	-	-	1.061,21
(-) Comprev	-	7.063,48	-	7.063,48
(-) Despesas	16.252,06	45.785,10	-	62.037,16
(-) Folha Pcto.	58.388,14	1.374.795,18	1.197.741,41	2.630.924,73
(-) Sentenças Judiciais	-	-	-	-
(-) Sidas	75.701,41	1.427.643,76	1.197.741,41	2.701.086,58
Saldo Final	684.101,47	280.965,15	249.292.882,09	250.257.948,71





Tabela 02: Aplicações - Julho/2026.

2 - APLICAÇÕES					
Segregação	Tipo	Fundo		CNPJ	Valor
ADMINISTRATIVO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	- 31.580,21
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	60.145,41
FINANCEIRO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	- 419.805,39
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	457.149,57
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	-
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	2.577.173,43
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	-
		Aplicação	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-84	182.068,28
PREVIDENCIÁRIO	PARCIAL	Resgate	CAIXA BRASIL TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP	05.164.356/0001-70	- 995.423,47
		Aplicação	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RENDA FIXA	23.215.008/0001-70	-
PREVIDENCIÁRIO	TOTAL	Resgate	MOS INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES	29.045.353/0001-90	- 1.469.207,78
		Aplicação	MOS INSTITUCIONAL RESP LIMITADA FIF AÇÕES	29.045.353/0001-90	-
PREVIDENCIÁRIO	DIVIDENDOS	Resgate	CAIXA RIO BRAVO FUNDO DE FUNDOS FII - CXRI11	17.098.794/0001-70	- 3.150,00
		Resgate	BTG PACTUAL CORPORATE OFFICE FUND FII - BRCCR11	08.924.783/0001-01	- 897,49

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

Tabela 03: Retorno carteira - Julho/2026.

Mês	Saldo Anterior	Aplicação	Resgate	Saldo Mês	Retorno R\$	Retorno Ac R\$	Retorno Mês %	Retorno Acum %
Janeiro	230.931.001,09	21.251.446,57	- 20.809.861,64	236.305.226,90	4.932.640,88	4.932.640,88	2,13%	2,13%
Fevereiro	236.305.226,90	2.781.635,02	- 2.476.975,21	239.419.355,99	2.813.466,77	7.746.107,65	1,19%	3,35%
Março	239.419.355,99	1.962.752,86	- 1.644.270,06	240.741.286,93	1.007.495,63	8.753.603,28	0,42%	3,78%
Abril	240.741.286,93	1.667.587,64	- 2.496.921,66	242.798.357,26	2.890.451,84	11.644.055,12	1,20%	5,03%
Mai	242.798.357,26	2.509.274,25	- 1.045.965,04	245.519.344,78	1.261.725,80	12.905.780,92	0,52%	5,57%
Junho	245.519.344,78	1.986.569,63	- 2.022.557,81	247.528.202,42	2.048.893,31	14.954.674,23	0,83%	6,45%
Julho	247.528.202,42	3.276.536,69	- 2.916.016,85	250.257.798,71	2.373.123,94	17.327.798,17	0,96%	7,47%
Agosto	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Setembro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Outubro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Novembro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%
Dezembro	-	-	-	-	-	-	0,00%	0,00%



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left, a signature in the middle, and several initials on the right.

Mediana - Agregado

2026

2027

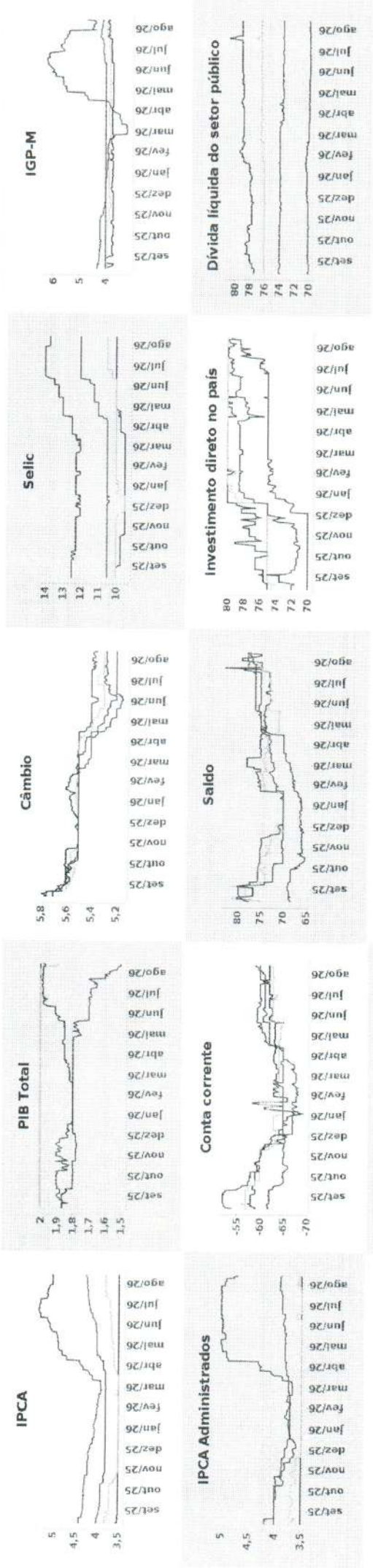
2028

2029

	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje semanal *	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,15	5,02	5,02	(1)	149	5,04	69
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	1,99	1,98	1,98	(1)	116	1,97	42
Câmbio (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,20	(9)	119	5,20	44
Selic (% a.a.)	14,00	13,75	13,75	(2)	148	13,75	80
IGP-M (variação %)	5,55	4,47	4,71	▲ (1)	64	4,74	30
IPCA Administrados (variação %)	5,00	4,91	4,70	▼ (3)	101	4,75	40
Conta corrente (US\$ bilhões)	-60,00	-60,00	-60,00	(6)	42	-58,30	12
Balança comercial (US\$ bilhões)	76,20	76,90	77,90	▲ (3)	43	76,10	10
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	77,20	78,48	79,46	▲ (5)	42	79,96	12
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	69,82	69,90	69,90	(2)	57	70,10	18
Resultado primário (% do PIB)	-0,50	-0,50	-0,50	(26)	63	-0,43	20
Resultado nominal (% do PIB)	-8,74	-8,74	-8,79	▼ (2)	58	-8,85	18

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis

— 2026 — 2027 — 2028 — 2029



[Handwritten signatures and notes in blue ink]

Expectativas de Mercado

14 de agosto de 2026

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

Mediana - Agregado

ago/2026

	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)	-0,10	-0,17	-0,17 = (2)	143	-0,17
Câmbio (R\$/US\$)	5,15	5,12	5,13 ▲ (1)	114	5,15
Selic (% a.a)	14,00	-	-	63	0,25

set/2026

	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)	0,49	0,50	0,51 ▲ (1)	143	0,52
Câmbio (R\$/US\$)	5,17	5,15	5,16 ▲ (1)	114	5,18
Selic (% a.a)	14,00	13,75	13,75 = (1)	148	13,75

out/2026

	Há 4 semanas	Há 1 semana	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis
IPCA (variação %)	0,30	0,34	0,33 ▼ (1)	143	0,32
Câmbio (R\$/US\$)	5,20	5,20	5,24 = (7)	124	5,20
Selic (% a.a)	0,37	0,50	0,53 = (3)	63	0,53

Infl. 12 m suav.

	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje semanal *	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis
Infl. 12 m suav.	4,18	4,24	4,32 ▲	(2)	135	4,41
	4,46	4,73	4,84 ▲	(1)	58	4,87

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias

— ago/2026 — set/2026 — out/2026

— Infl. 12 m suav.

